

Relatos de pesquisa/Research reports

Um perfil do estudante negro da PUC Betim*

(A profile of black students at PUC Betim)

José Tiago dos Reis Filho**

Resumo

Esta pesquisa visou traçar um perfil socioeconômico dos estudantes negros da PUC Minas – Betim, buscando comparar esses dados com os do IBGE/2000, para verificar a posição que os negros ocupam em nossa sociedade. Feito o levantamento, montamos oficinas de dinâmica de grupo para colher aspectos subjetivos dos entrevistados. O estudo proporcionou uma visão das dificuldades desses sujeitos de se constituir e de enfrentar o preconceito e a discriminação racial, tão presentes em seu cotidiano.

Palavras-chave: Discriminação; Negros; Preconceito; Racismo.

Nesta pesquisa, fizemos um levantamento socioeconômico dos estudantes da PUC Betim, num primeiro momento, e, posteriormente, montamos oficinas de dinâmica de grupo. A importância de estabelecer o perfil socioeconômico dos estudantes era a de que, sendo a maioria dos negros brasileiros pertencente às camadas mais baixas da população, os estudantes negros do ensino superior deveriam advir, muito provavelmente, daí. Fato comprovado por nós ao longo deste trabalho.

Para efetivar o perfil, utilizamos o questionário. De acordo com Fellet (2000), o questionário não só é um instrumento de investigação, como tam-

• Texto recebido em dez./03 e aprovado para publicação em mar./04.

* Pesquisa financiada pelo Programa do Conselho Técnico Científico da PUC Minas – Betim em 2002.

** Psicólogo; psicanalista; mestre em Psicologia Social/UFGM; doutorando em Psicologia Clínica pela PUC-SP, professor da PUC Minas. e-mail: josetiago@brfree.com.br.

bém pode ser um instrumento precioso para intervenção, no momento de sua aplicação até a fase de devolução dos dados; ademais, ele nos pode dar inúmeros subprodutos, sendo alguns de difícil previsão. Assim, desde os primórdios de nossa pesquisa, fizemos investigação e intervenção. A PUC Betim contava com 4.263 alunos matriculados no 1º semestre de 2002; foram aplicados 70 questionários, em todos os cursos e turmas, àqueles estudantes que foram classificados e se autot classificaram como negros. O termo negro, neste trabalho, refere-se a uma classificação dada a pretos e pardos, de acordo com os critérios do IBGE (2001). Entretanto:

Classificar alguém por cor ou raça no Brasil não é tarefa das mais fáceis. Ao se falar em negro, enfatiza-se a diferença cultural, utilizando-se o termo negro para não pensar nos números gritantes da diferença entre ‘pretos’ e ‘brancos’, relegando a um segundo plano as diferenças sociais. Sendo assim, quando se fala em negro, fala-se geralmente das origens, da cultura e da identidade do sujeito; preto é usado em oposição a branco e, quando isso ocorre, está-se falando em diferenças sociais e também para falar, nas nossas relações sociais, de um terceiro distante, nunca de um próximo. O gradiente que vai do claro ao escuro só é utilizado em determinados contextos, em que o sujeito busca tornar-se negro, mesmo tendo nascido branco, pardo, preto, etc. (REIS FILHO, 2000. p. 39-40)

Segundo o IBGE (2001), 45% da população brasileira é negra, e esses constituem a maioria da base da pirâmide social. Na PUC Betim, 2% dos estudantes e 1,5% dos professores são negros. A média de funcionários é relativamente superior, levando em consideração que os de categoria operacional, em sua maioria negros, são terceirizados. Esse número inexpressivo, 2% dos alunos, não é diferente em outras universidades do País.

Dos nossos entrevistados, 52% são mulheres e 48% homens, o que mostra tendência nacional de maior inserção de mulheres em cursos de nível superior, possibilitando às mulheres, em muitos casos, formação escolar superior àquela exigida em seu local de trabalho, fato comum a negros. Dos entrevistados, 78% são solteiros e 20% casados; 61% provêm da Região Metropolitana de Belo Horizonte e 36% do interior de Minas; 80% dos solteiros são dependentes dos pais ou responsáveis, 27% residem com pelo menos mais quatro pessoas e os outros com mais três, chegando esse número a dez pessoas por domicílio; 2% têm renda pessoal acima de 8 salários mínimos, 44% entre 5,1 e 10 s.m., 13% ganham até 2 s.m. e 27% não têm renda alguma, ou seja, 40% vivem sem renda própria ou com até 2 s.m. e, dos 44% que têm renda entre 5,1 e 10 s.m., a maioria se encontra próxima da parte inferior da pirâmide social. Com relação à renda familiar, apenas 9% têm renda acima de 20 salários mínimos; 22% entre 10,1 a 20 s.m. e 44% têm renda entre 5,1 a 10 s.m. Este último dado, quando comparado ao anterior, o da renda pessoal, leva-nos a crer que, quando a família tem

renda entre 5,1 e 10 s.m., essa renda provém, muito provavelmente, do próprio entrevistado; e estes são, geralmente, casados. Outro dado, o do número de pessoas que trabalha no domicílio, que varia de uma, 22%; duas, 42%; três e quatro, 22%, até cinco, 8%, mais de cinco, 6%, também fortalece nossa hipótese anterior. O IBGE (2001) aponta para o fato de que, da população economicamente ativa, com renda de até 5 s.m., temos 20,4% dos homens brancos contra 42,7% dos homens negros; 28,8% das mulheres brancas contra 54,7% das mulheres negras.

Não contribuem com a renda familiar 61% dos entrevistados e, dos que contribuem, 51% de suas famílias dependem de, pelo menos, 25% de seus rendimentos. Apenas 3% são portadores de alguma necessidade especial e 77% só adquiriram algum conhecimento de língua estrangeira no ensino secundário, fator que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e a cursos de pós-graduação. Com relação à escolaridade do pai, 35% não completaram o ensino fundamental; 23% completaram; 17% completaram o ensino médio e 6% o superior. A escolaridade da mãe apresentou dados semelhantes.

Quanto à ocupação do pai, a maioria é de nível operacional ou técnico e 57% das mães são donas de casa. Quando trabalham fora, elas atuam como empregadas domésticas, professoras primárias ou comerciárias. Desses estudantes, com relação ao ensino fundamental, 73% provêm de escolas públicas, 14% de escolas particulares e 13% de ambas. No ensino médio, 62% provêm de escolas públicas, 16% de particulares e 22% de ambas. Fizeram curso pré-vestibular 77%, e, destes, 94% em escolas particulares. Os negros vêm das camadas inferiores da população, têm baixa renda, pais com pouca escolaridade, grande número de pessoas em casa, estudam em escolas públicas, o que não lhes garante boa escolaridade.

Têm bolsa de estudos 30% dos entrevistados, número muito baixo quando observamos a renda desses estudantes. A maioria demonstrou dificuldades em se manter na Universidade, fato comprovado pela alta inadimplência; 70% dos entrevistados trabalham em ocupações como auxiliar de escritório, professor do ensino fundamental, comerciário ou técnico, alguns são militares, e todos vêm, no curso superior, uma possibilidade de ascensão social.

Nosso segundo passo foi a montagem de oficinas de dinâmica de grupo. Segundo Afonso (2000),

Oficina é um trabalho estruturado com grupos, independentemente do número de encontros, sendo focalizado em torno de uma questão central que o grupo se propõe a elaborar, em um contexto social. A elaboração que se busca na Oficina não se restringe a uma reflexão racional mas envolve os sujeitos de maneira integral, formas de pensar, sentir e agir. (p. 9)

A oficina é uma prática de intervenção psicossocial; tem um foco em torno do qual o trabalho se desenrola, podendo se dar mediante temas geradores; tem planejamento básico, flexível; desenvolve-se com um número combinado de encontros, e, ao mesmo tempo, com pretensões terapêutica e pedagógica. Seu enquadre diz respeito ao número e tipo de participante, ao contexto institucional, ao local, aos recursos disponíveis, ao número de encontros, ou seja, toda a infra-estrutura necessária para a efetivação do encontro. A dimensão pedagógica se dá por meio da reflexão, o que facilita o processo de aprendizagem. Já a dimensão terapêutica se deve à elaboração das questões subjetivas, interpessoais e sociais. O coordenador deve ter papel ativo, mas não intrusivo, obedecendo à regra da atenção flutuante.

Foram feitas quatro oficinas, uma a cada mês, nas quais trabalhamos o tema racismo. A duração de cada oficina foi de três horas. Em todas elas, no primeiro tempo, fizemos as apresentações da equipe e dos demais participantes e a apresentação da pesquisa. Informações gerais também eram dadas: notícias de jornais, programação cultural, eventos científicos, etc. O segundo tempo foi distribuído da seguinte forma: no primeiro encontro, relatos verbais dos participantes sobre os seguintes questionamentos: o que despertou interesse em participar? Como viam a situação dos negros no Brasil? Como se conceituavam – negros, pardos, brancos ou outros? Qual a expectativa de cada um ao falar da questão racial dentro da Universidade? E fora dela? No segundo encontro, discutimos o sistema de cotas e políticas de ação afirmativa. No terceiro, exibimos e discutimos o vídeo **Retrato em Preto e Branco**, de Joel Zito Araújo. O quarto girou em torno das dificuldades individuais em tratar da questão racial através da reportagem “Debate quente: negros” (**Caros Amigos**, set. 2002). No terceiro tempo, o encontro era avaliado, e a fala era livre.

Assunto polêmico foi o do sistema de cotas para negros nas universidades. Tal sistema faz parte do programa de Ações Afirmativas, desenvolvidas pelo Movimento Social de Negros. É um conjunto de ações e orientações do governo para proteger minorias e grupos discriminados; faz parte daquilo a que chamamos de discriminação positiva, ou seja, o favorecimento de minorias com o fim de alcançar a igualdade (OLIVEN, 1996). Por ser uma política americana, todos viam obstáculos à implantação no Brasil, em razão da dificuldade em estabelecer critérios bem definidos, aqui, do que seja um negro. O sistema de cotas também pode igualar os sujeitos, desconsiderando suas diferenças: nem todo negro é igual ao outro e, quando aprisionamos os sujeitos em determinada categoria, eles passam a ser percebidos como idênticos. Cabe ressaltar que o sistema de cotas é apenas um dos itens da política de ação afirmativa.

Discriminar, mesmo que positivamente, é criar, efetivamente, situações de

diferenciação. Dar uma porcentagem de vagas a negros pode ser útil para explicitar o preconceito, a diferença, mas também pode assujeitá-los. Ficamos nos perguntando se o sistema de cotas seria nova forma de escravidão, a qual os negros estariam sendo submetidos. Poderíamos concordar com Koltai (2002), quando afirma que:

cada vez mais nossa sociedade parece levar profundamente em conta as vítimas, sejam elas de dramas pessoais ou coletivos, presentes ou passados, como também, e é isso que é preocupante, o sujeito contemporâneo vem se instalando nessa condição de “vítima”, nessa posição de puro gozo, cada vez mais longe do que poderíamos chamar de sujeito desejante.

Apesar de a vítima estar se tornando uma representação dominante da subjetividade em nossa sociedade da reparação, permanecendo no registro da demanda, impossível de ser satisfeita, não gostaríamos de nos aliar às vítimas, mas também não gostaríamos de dar uma resposta taxativa à questão. A História, os dados do IBGE e esta pesquisa apontam para algo mais que um reclame, uma queixa. Quando o negro sai de seu lugar historicamente marcado – o navio negreiro, a senzala, a favela, a cela... –, ele se depara com uma dura realidade: a de não ter referências identificatórias. Angústia do encontro com o real, neste caso, articulado à realidade, que deve ser modificada.

Abstract

This research aimed at designing a social and economic profile of black students at PUC Minas/Betim, comparing the data with those of IBGE/2000 so as to check the position occupied by negroes in our society. After the survey was made, group dynamics workshops were created to collect subjective features from those interviewed. The study provided a view of those subjects' difficulties in facing prejudices and racial discrimination, so common in their daily lives.

Key words: Discrimination; Negroes; Prejudice; Racism.

Referências

- ARAÚJO, Joel Zito. **Retrato em preto e branco**. São Paulo: 1995 (vídeo).
- Caros Amigos**, ano 6, n. 66, set. 2002.
- FELLET, Maria Cristina. **O uso do questionário**: uma oportunidade de intervenção. (mimeo)
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2001.
- KOLTAI, Caterina. Uma questão tão delicada. **Psicologia Clínica**, v. 14, n. 2, 2002.